

Sumário

Nota do autor, xix

1 HISTÓRICO, 1

1 A invenção do comércio e do mercado, 1

2 Antigüidade, 5

3 Idade média e moderna, 17

4 Unificação do direito privado, 19

5 A valorização da empresa, 22

2 TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL, 24

1 Base constitucional, 24

2 Atuação econômica organizada, 26

3 O direito de empresa, 28

4 Empresa, 30

4.1 Coletividade de bens, 36

5 Empresário, 38

- 3 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO EMPRESARIAL, 40
 - 1 Princípios jurídicos, 40
 - 2 Livre iniciativa, 42
 - 3 Liberdade de contratar, 46
 - 4 Regime jurídico privado, 48
 - 5 Livre concorrência, 50
 - 6 Função social da empresa, 53
 - 7 Preservação da empresa, 56
 - 8 Outros níveis principiológicos, 58
- 4 REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS E ATIVIDADES AFINS, 61
 - 1 O registro, 61
 - 2 Departamento nacional de registro do comércio, 63
 - 3 Juntas comerciais, 64
 - 4 Estrutura da junta comercial, 67
 - 5 Atos do registro empresarial, 70
 - 5.1 Registro da empresa e outros atos, 71
 - 6 Processo decisório, 75
 - 7 Processo revisional, 78
 - 8 Assentamento dos usos ou práticas mercantis, 80
- 5 EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, 83
 - 1 Inscrição, 83
 - 1.1 Qualificação, 85
 - 1.2 Firma e assinatura, 85
 - 1.3 Capital, 87
 - 1.4 Objeto e sede da empresa, 87
 - 2 Capacidade, 88
 - 2.1 Incapacidade do empresário, 90
 - 2.2 Incapacidade do sócio, 92
 - 2.3 Falecimento do empresário individual, 94
 - 3 Impedimento, 96
 - 4 Empresário casado, 99
 - 4.1 Aspectos cogentes, 100
 - 5 Estabelecimento secundário, 101
 - 6 Empresário rural, 102

- 6 MICRO E PEQUENA EMPRESA, 105
 - 1 Tratamento especial, 105
 - 2 Definições, 106
 - 3 Empresário e sociedade (simples ou empresária), 109
 - 4 Constituição, 112
 - 5 Benefícios do regime especial, 114

- 7 NOME EMPRESARIAL, 119
 - 1 Nome, 119
 - 2 Nome empresarial, 121
 - 2.1 Firma, 123
 - 2.2 Denominação, 126
 - 2.3 Nome e tipo empresarial, 128
 - 3 Natureza jurídica, 130
 - 4 Proteção ao nome empresarial, 132
 - 4.1 Tutela do nome empresarial, 133
 - 4.2 Proteção à razão empresarial, 135
 - 4.3 Proteção à denominação, 136
 - 5 Nome, marca e título de estabelecimento, 138
 - 6 Extinção, 140

- 8 ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL, 142
 - 1 Expressão contábil da empresa, 142
 - 2 Princípios aplicáveis à escrituração, 144
 - 3 Forma da escrituração, 150
 - 3.1 Requisitos extrínsecos, 151
 - 3.1.1 Microfichas, 152
 - 3.1.2 Autenticação, 153
 - 3.2 Requisitos intrínsecos, 154
 - 3.3 Transferência da escrituração, 155
 - 3.4 Guarda e conservação da escrituração, 156
 - 4 Valor probante da escrituração empresarial, 157
 - 4.1 Sigilo escritural, 159
 - 4.2 Exibição parcial da escrituração, 162
 - 4.3 Fiscalização fazendária, 162

- 9 O DIÁRIO, 164
 - 1 Livro diário, 164
 - 2 Balanço patrimonial, 166
 - 2.1 Ativo, 168
 - 2.2 Passivo exigível, 169
 - 2.3 Patrimônio líquido, 170
 - 2.4 Inventário, 173
 - 2.4.1 Outros valores do ativo, 178
 - 2.5 Exemplo de balanço, 180
 - 3 Micro e pequenos empresários, 181
- 10 ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL COMPLEMENTAR, 183
 - 1 Resultado econômico da empresa, 183
 - 2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), 184
 - 3 Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), 186
 - 4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), 189
 - 5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), 191
 - 6 Outros livros obrigatórios, 193
 - 7 Livros facultativos, 196
- 11 ESTABELECIMENTO, 199
 - 1 Estabelecimento, 199
 - 2 Individualização do estabelecimento, 201
 - 3 Objetivação jurídica do estabelecimento, 205
 - 4 Aviamento, 206
 - 4.1 Expressão isolada do aviamento ou benefício de mercado, 208
 - 4.2 Outros tratamentos isolados do aviamento, 210
 - 5 Trespasse, 211
 - 5.1 Contratos no trespasse, 215
 - 5.2 Créditos no trespasse, 217
 - 5.3 Restabelecimento, 217
 - 5.4 Nome empresarial no trespasse, 220
 - 6 Penhor do estabelecimento, 221
 - 6.1 Anticrese do estabelecimento empresarial, 224

12 TECNOLOGIA, 228

- 1 Bens intelectuais, 228
- 2 Patentes, 231
 - 2.1 Exceções, 234
- 3 Pedido de patente, 236
 - 3.1 Requisitos do pedido, 238
- 4 Carta de patente, 240
- 5 Nulidade da patente, 242
- 6 Emprego da patente, 242
- 7 Extinção da patente, 245
- 8 *Software*, 247

13 MARCA, 249

- 1 No mundo dos significados, 249
- 2 Marcas registráveis, 251
- 3 Marcas não registráveis, 253
- 4 Relações entre marca e nome comercial, 257
- 5 Direitos sobre a marca, 259
- 6 Perda do direito de marca, 264
- 7 Desenho industrial, 266
- 8 Material publicitário, 268

14 CLIENTELA E FREGUESIA, 270

- 1 Clientela, 270
- 2 Diferenças entre clientela e freguesia, 274
- 3 Ponto empresarial, 276
 - 3.1 Ponto empresarial eletrônico, 278
- 4 Ponto empresarial locado, 279
 - 4.1 Requisitos para a renovação, 281
- 5 Ação renovatória, 285
 - 5.1 Legitimidade para ação, 288
- 6 Contestação, 289
 - 6.1 Exceção de retomada, 291
 - 6.2 Presunção de sinceridade, 295
 - 6.3 Retomada insincera ou desidiosa, 296
- 7 Improcedência da renovação, 297

15 *SHOPPING CENTERS*, 299

- 1 *Shopping centers*, 299
 - 1.1 Sujeitos da relação, 301
- 2 *Locação em shopping center*, 302
 - 2.1 Reserva de localização, 303
- 3 *Locação*, 304
 - 3.1 Ponto empresarial locado, 306
 - 3.2 Despesas com áreas comuns, 306
- 4 *Prestação de serviços de administração de shopping center*, 308
 - 4.1 Auditoria da contabilidade, 310
 - 4.2 Inexistência de condomínio e síndico, 311
- 5 *Contrato de adesão ao empreendimento*, 312
 - 5.1 Limitação da concorrência e da liberdade de agir, 315
- 6 *Regimento interno*, 316
- 7 *Fundo de promoção e publicidade*, 317
- 8 *Associação de lojistas*, 318
- 9 *Responsabilidade pelo empreendimento*, 320

16 *FRANQUIAS*, 323

- 1 *Idéia central*, 323
- 2 *Lei 8.955/94*, 324
 - 2.1 *As partes e suas relações*, 327
 - 2.1.1 *Subfranqueamento*, 329
 - 2.1.2 *Fornecedores e prestadores de serviços do sistema*, 330
 - 2.2 *Cessão de propriedade intelectual*, 330
 - 2.3 *Distribuição exclusiva*, 332
- 3 *Circular de oferta de franquia*, 334
- 4 *Contrato de franquia*, 342

17 *PREPOSTOS*, 344

- 1 *Aspectos genéricos*, 344
- 2 *Responsabilidade civil por ato do preposto*, 346
- 3 *Substabelecimento*, 348
- 4 *Exclusividade*, 349
- 5 *Gerência*, 350
- 6 *Representação em juízo*, 353

7 Contabilistas, 355

8 Terceirização, 357

18 REPRESENTAÇÃO COMERCIAL, 361

1 Base legal, 361

2 Elementos do contrato de representação, 364

3 Desempenho da atividade, 366

4 Comissões, 368

5 Rescisão do contrato, 372

5.1 Rescisão motivada pelo representado, 373

5.2 Rescisão motivada pelo representante, 376

6 Foro para controvérsias, 377

Bibliografia, 379

Índice remissivo, 387

Sumário

Nota do autor, xxiii

Parte Geral – Contrato de Sociedade, 1

- 1 CONTRATO DE SOCIEDADE, 3
 - 1 União de pessoas, 3
 - 2 Elementos contratuais, 4
 - 3 Sociedades simples e empresárias, 8
 - 3.1 Atividade rural, 11
 - 4 Sociedades não personificadas, 12
 - 5 Sociedade em comum, 13
 - 5.1 Prova do contrato, 14
 - 5.2 Patrimônio social, 17
 - 5.3 Responsabilidade dos contratantes, 18
 - 5.4 Instrumento de sociedade em comum, 20
 - 6 Sociedade em conta de participação, 21
 - 6.1 Sócio ostensivo, 23
 - 6.2 Constituição, 25

6.3 Término e liquidação, 29

2 PERSONIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES, 31

- 1 Pessoa jurídica, 31 ✓
- 2 Ato constitutivo, 34
- 3 Autorização para o registro, 35
 - 3.1 Negativa de concessão e revogação da autorização, 37
 - 3.2 Sociedade nacional, 39
 - 3.3 Sociedade estrangeira, 41
- 4 Nulidade absoluta ou relativa do registro, 44 ✓
- 5 Elementos da existência das pessoas jurídicas, 48 ✓
- 6 Sócios, 50
 - 6.1 Sócio ou acionista incapaz, 51
 - 6.2 Sociedade entre cônjuges, 54
- 7 Direitos da personalidade, 57 ✓
- 8 Micro e pequena empresa, 59

3 CONTRATO SOCIAL, 63

- 1 Sociedades contratuais, 63
- 2 Sociedades de pessoas e sociedades de capital, 65
- 3 Contrato social, 67
 - 3.1 Sócios: identificação e qualificação, 68
 - 3.2 Qualificação da sociedade, 69
 - 3.2.1 Nome, 69
 - 3.2.2 Objeto social, 71
 - 3.2.3 Sede, 72
 - 3.2.4 Prazo de duração, 73
 - 3.3 Capital, 74
 - 3.4 Quotas, 76
 - 3.5 Realização do capital social, 77
 - 3.6 Administração e representação, 78 ✓
 - 3.7 Participação em lucros e perdas, 80
 - 3.8 Responsabilidade subsidiária dos sócios, 82
 - 3.9 Reformabilidade do contrato, 84
 - 3.10 Extinção, 85
- 4 Registro, 85
 - 4.1 Abertura e fechamento da atividade negocial, 86

5 Modificações do contrato social, 89

6 Acordo de quotistas, 92

4 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS, 94

1 Relações jurídicas sociais, 94

2 Pessoaalidade, 96

3 Contribuições sociais, 98

3.1 Contribuição em serviço, 100

3.2 Responsabilidade pela transferência de bens e créditos, 101

4 Lucros e perdas, 103

5 *Affectio societatis*, 104

6 Obrigações contratuais, 108

7 Conflitos sociais, 109

5 ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA, 111

1 Administração, 111

2 Administração coletiva, 112

2.1 Anulação de deliberação, 113

2.2 Conflito de interesses, 114

2.3 Atos de administração coletiva, 116

2.4 Administração conjunta, 116

3 Constituição de administrador, 117

4 Atuação do administrador, 121

5 Responsabilidade civil, 125

6 Prestação de contas e fiscalização, 126

7 Término da administração, 127

6 DISSOLUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DA SOCIEDADE, 129

1 Resolubilidade, 129

2 Morte de sócio, 131

2.1 Morte de cônjuge do sócio ou sua separação, 133

3 Direito de recesso, 134

3.1 Sociedade contratada por prazo determinado, 136

3.2 Sociedade contratada por prazo indeterminado, 138

4 Exclusão do sócio, 139

4.1 Incapacidade superveniente, 140

4.2 Falta grave, 141

- 4.3 Falência do sócio, 142
 - 4.4 Penhora da quota, 143
 - 5 Liquidação de quota, 144
 - 5.1 Responsabilidade residual, 148
 - 5.2 Atos do ex-sócio, 150
 - 6 Dissolução (total) da sociedade, 151
 - 6.1 Hipóteses de dissolução social, 152
 - 6.2 Vencimento do prazo de duração, 152
 - 6.3 Consenso unânime dos sócios, 153
 - 6.4 Deliberação da maioria absoluta, 153
 - 6.5 Unicidade social, 155
 - 6.6 Ilicitude posterior, 156
 - 6.7 Anulação da constituição, 157
 - 6.8 Fim social exaurido ou inexecutável, 158
 - 6.9 Nocividade ao interesse público, 159
 - 6.10 Causas contratuais, 160
 - 7 Conversão da empresa em fundação, 161
 - 8 Insolvência ou falência, 163
- 7 LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE, 164
- 1 Procedimentos de dissolução, 164
 - 2 Liquidante, 167
 - 2.1 Deveres e direitos do liquidante, 168
 - 3 Atos de liquidação, 170
 - 3.1 Partilha, 175
 - 3.2 Prestação de contas, 176
 - 3.3 Relações jurídicas remanescentes, 178
 - 4 Liquidação judicial, 179
 - 4.1 Liquidante judicial, 181
 - 4.2 Procedimento, 183
 - 4.3 Partilha judicial, 184
 - 4.4 Prestação de contas, 185
- 8 COLIGAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO, 186
- 1 Eventos jurídicos da personalidade societária, 186
 - 2 Sociedades coligadas, 188
 - 2.1 Sociedade controlada, 189

- 2.2 Sociedade coligada, 190
- 2.3 Participação societária, 191
- 2.4 Participação recíproca, 191
- 3 Transformação, 193
- 4 Incorporação societária, 196
- 5 Fusão societária, 200
- 6 Cisão societária, 204
- 7 Justificação, 209
- 8 Protocolo, 211
- 9 Efeitos da metamorfose societária, 212
 - 9.1 Efeitos sobre a coligação societária, 214
 - 9.2 Efeitos sobre terceiros, 215
 - 9.3 Direito de retirada, 217
- 9 DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, 219
 - 1 Atribuição de personalidade jurídica e seus efeitos, 219
 - 2 Mau uso da personalidade jurídica, 221
 - 3 Hipóteses de aplicação, 225
 - 3.1 Dolo e fraude, 225
 - 3.2 Desvio de finalidade, 227
 - 3.3 Confusão patrimonial, 228
 - 3.4 Relações de consumo, 229
 - 3.4.1 Abuso de direito, 230
 - 3.4.2 Excesso de poder, 232
 - 3.4.3 Infração da lei, fato ou ato ilícito, 233
 - 3.4.4 Má administração, 235
 - 3.4.5 Ressarcimento frustrado, 236
 - 3.5 Relações de trabalho, 237
 - 4 Definição da obrigação, 239
 - 5 Precisão do responsabilizado, 240
 - 5.1 Extensão da obrigação sobre sócios, 242
 - 5.2 Extensão da obrigação sobre administrador, 243
 - 5.3 Extensão da obrigação sobre a empresa coligada, 244
 - 5.4 Situações de fato, 247
 - 6 Tutela jurisdicional, 249
 - 6.1 Processo de conhecimento, 250
 - 6.2 Processo cautelar, 251

- 6.3 Processo de execução, 252
 - 6.3.1 Coisa julgada, 254
- 6.4 Falência ou insolvência, 256
- 7 Prescrição, 257

Parte Especial I – Sociedades Contratuais em Espécie, 259

10 SOCIEDADE SIMPLES, 261

- 1 Elemento caracterizador, 261
- 2 Tipos de sociedade simples, 262
- 3 Ato de constituição, 263
- 4 Relações entre os sócios, 266
- 5 Administração, 268

11 SOCIEDADE EM NOME COLETIVO, 270

- 1 Nome coletivo, 270
- 2 Estrutura, 272
- 3 Obrigações sociais, 273
- 4 Administração, 275
- 5 Penhorabilidade da quota, 277

12 SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES, 279

- 1 Comanditar, 279
- 2 Responsabilidade dos sócios, 281
 - 2.1 Responsabilidade do ex-sócio, 283
 - 2.2 Responsabilidade do comanditário, 285
 - 2.3 Falência ou insolvência, 286
- 3 Contrato social, 287
 - 3.1 Capital social, 288
- 4 Atuação societária, 289
- 5 Morte de sócio, 289
- 6 Unicidade de categorias, 291

13 SOCIEDADE LIMITADA: ESTRUTURA, 292

- 1 Limite de responsabilidade, 292
- 2 Regime jurídico, 294
- 3 Contrato social, 296
- 4 Quotas, 297

- 4.1 Integralização, 299
- 4.2 Indivisibilidade, 300
- 4.3 Condomínio de quota, 301
- 4.4 Cessão de quotas, 303
- 4.5 Penhor de quota, 305
- 4.6 Penhora de quota, 306
 - 4.6.1 Remição da quota, 309
- 5 Sócio remisso, 310
- 6 Capital social, 311
 - 6.1 Aumento de capital, 313
 - 6.2 Redução de capital, 316
- 14 SOCIEDADE LIMITADA: FUNCIONAMENTO, 320
 - 1 Administração, 320
 - 2 Administrador, 321
 - 2.1 Administrador sócio, 322
 - 2.2 Administrador não sócio, 323
 - 2.3 Administração plural, 324
 - 3 Delegação da administração ou gerência, 326
 - 3.1 Constituição do administrador delegado ou gerente, 331
 - 3.2 Responsabilidade pelos atos do administrador delegado, 332
 - 4 Tempo de exercício da administração, 333
 - 4.1 Administração por prazo certo, 334
 - 4.2 Administração por prazo indeterminado, 334
 - 4.3 Renúncia à administração, 335
 - 5 Poderes e deveres do administrador, 337
 - 6 Prestação de contas, 338
 - 7 Conselho fiscal, 341
 - 8 Deliberações sociais, 343
 - 8.1 Reunião ou assembléia de sócios, 345
 - 8.1.1 Reunião de sócios, 346
 - 8.1.2 Assembléia de sócios, 347
 - 8.2 Convocação, 350
 - 8.3 Participação, 351
 - 8.4 Votações, 353
 - 8.4.1 Impedimento, 354
 - 8.5 Efeitos das deliberações, 355

- 8.6 Realização virtual, 356
- 8.7 Micro e pequenas empresas, 357
- 9 Dissolução total ou parcial, 359

Parte Especial II – Sociedades Institucionais (Estatutárias), 363

15 INTRODUÇÃO ÀS SOCIEDADES POR AÇÕES, 365

- 1 Sociedade institucional ou estatutária, 365
- 2 Estatuto social, 366
- 3 Objeto social, 367
- 4 Denominação, 368
- 5 Outros elementos qualificadores, 370
- 6 Reforma do estatuto, 371
- 7 Escrituração, 373
- 8 Livros sociais, 374
 - 8.1 Responsabilidade pela escrituração regular, 376
- 9 Publicações, 377

16 COMPANHIAS ABERTAS OU FECHADAS, 379

- 1 Distinção, 379
- 2 Conselho Monetário Nacional, 381
- 3 A Comissão de Valores Mobiliários, 382
 - 3.1 Natureza jurídica e administração, 383
 - 3.2 Competência, 384
 - 3.3 Poderes, 386
 - 3.3.1 Preferência disciplinar educativa, 388
 - 3.3.2 Suspensão do processo, 390
 - 3.4 Sanções disciplinares, 392
 - 3.5 Colaboração internacional, 394
- 4 Negociação no mercado, 394
 - 4.1 Bolsa de Valores e mercado de balcão, 396
- 5 Registro de companhia aberta, 398
 - 5.1 Fechamento do capital, 398

17 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES, 401

- 1 Capital social, 401
- 2 Ação, 402
- 3 Espécies, classes e formas, 404

- 4 Ações ordinárias, 405
- 5 Ações preferenciais, 406
 - 5.1 Prioridade na distribuição de dividendos, 408
 - 5.1.1 Proteção aos preferencialistas no mercado aberto, 412
 - 5.2 Limitações, 415
 - 5.3 Dividendos cumulativos, 416
 - 5.4 Poder de veto, 417
 - 5.5 Vantagens políticas, 419
- 6 Ações de fruição (amortização de ações), 420
 - 6.1 Resgate de ações, 421
- 7 Forma das ações, 422
 - 7.1 Ações escriturais, 423
- 8 Modificação do capital social, 424
 - 8.1 Direito de preferência, 427
 - 8.2 Redução do capital social, 430

18 CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, 433

- 1 Fundação, 433
- 2 Requisitos preliminares, 434
- 3 Subscrição pública, 436
 - 3.1 Inexatidão de prospectos e informações, 439
 - 3.2 Assembléia geral dos subscritores, 440
 - 3.3 Eleições, 442
- 4 Subscrição particular, 445
- 5 Integralização das ações, 446
 - 5.1 Integralização por incorporação de bens, 447
 - 5.2 Incorporação de imóveis, 450
 - 5.3 Aplicabilidade do procedimento ao aumento de capital, 451
 - 5.4 Acionista remisso, 452
- 6 Registro, 455

19 TITULARIDADE E NEGOCIABILIDADE DA AÇÃO, 457

- 1 Cambiaridade, 457
- 2 Emissão de ações, 458
- 3 Certificado de ação, 460
- 4 Custódia de ações fungíveis, 462
- 5 Negociabilidade, 464

- 5.1 Procuração, 465
- 5.2 Negociação de ações pela companhia, 467
- 6 Direitos de terceiros sobre a ação, 469
 - 6.1 Penhor de ação, 471
 - 6.2 Alienação fiduciária em garantia, 472
 - 6.3 Usufruto, 473
 - 6.4 Demais cláusulas e ônus, 474
- 20 OUTROS TÍTULOS SOCIETÁRIOS, 476
 - 1 Partes beneficiárias, 476
 - 1.1 Emissão de partes beneficiárias, 478
 - 1.2 Conversibilidade em ações, 480
 - 2 Debêntures, 481
 - 2.1 Agente fiduciário, 482
 - 2.2 Emissão de debêntures, 484
 - 2.2.1 Emissão em moeda estrangeira e/ou no exterior, 487
 - 2.3 Espécies e formas, 488
 - 2.4 Certificado de debêntures, 491
 - 2.5 Conversibilidade em ações, 492
 - 2.6 Assembléia de debenturistas, 493
 - 2.7 Adimplemento, 494
 - 2.8 Cédula de debêntures, 495
 - 3 Bônus de subscrição, 496
- 21 DIREITOS DOS ACIONISTAS, 498
 - 1 Tipologia, 498
 - 2 Defesa dos direitos, 500
 - 3 Voto, 502
 - 4 Aquisição do direito de voto pelas ações preferenciais, 503
 - 5 Abuso do direito de voto, 505
 - 6 Acordo de acionistas, 508
 - 6.1 Execução, 511
 - 6.2 Resolução, 512
 - 7 Direito de retirada, 515
 - 7.1 Reembolso, 517

- 22 ÓRGÃOS SOCIETÁRIOS, 520
 - 1 Assembléia geral, 520
 - 1.1 Convocação, 523
 - 1.2 Companhias abertas, 525
 - 1.3 Funcionamento, 526
 - 1.4 Anulação, 529
 - 2 Órgãos de administração, 529
 - 3 Conselho de administração, 531
 - 3.1 Eleição, 533
 - 4 Diretoria, 534
 - 5 Deveres dos administradores, 535
 - 6 Responsabilidade dos administradores, 538
 - 7 Conselho fiscal, 545
 - 7.1 Competência e atuação, 546
 - 7.2 Deveres, 547
 - 8 Órgãos técnicos e consultivos, 548
 - 9 Sociedade em comandita por ações, 549
- 23 CONTROLE, COLIGAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE, 551
 - 1 Controle acionário, 551
 - 2 Sociedade controladora, 554
 - 2.1 Incorporação de companhia controlada, 555
 - 3 Alienação do controle, 557
 - 3.1 Aprovação, 559
 - 4 Oferta pública de aquisição de controle acionário, 560
 - 5 Subsidiária integral, 564
 - 5.1 Desfazimento do controle integral, 567
 - 5.2 Outros eventos societários, 568
 - 6 Coligação e participação, 569
 - 6.1 Responsabilidade específica, 570
 - 7 Grupo de sociedades, 571
 - 8 Consórcio, 576
- 24 RESULTADOS ECONÔMICOS, 579
 - 1 Finalidade econômica, 579
 - 2 Demonstrações periódicas, 580
 - 3 Resultados do exercício, 583

- 4 Lucro e reservas, 585
- 5 Dividendos, 587
 - 5.1 Dividendo obrigatório, 588
- 25 DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO, 591
 - 1 Dissolução, 591
 - 2 Dissolução de pleno direito, 592
 - 3 Dissolução por decisão judicial, 594
 - 4 Dissolução por decisão administrativa, 596
 - 5 Dissolução parcial, 596
 - 5.1 Quebra da *affectio societatis*, 598
 - 6 Liquidação e extinção, 600
- 26 SOCIEDADE COOPERATIVA, 603
 - 1 Cooperativismo, 603
 - 2 Natureza jurídica, 605
 - 2.1 Características essenciais, 607
 - 2.2 Especialidade, 613
 - 3 Constituição, 614
 - 4 Admissão, eliminação e exclusão de cooperados, 616
 - 4.1 Concorrência com a cooperativa, 617
 - 5 Assembléia geral, 622
 - 6 Órgãos da administração, 624
 - 7 Fusão, incorporação e desmembramento, 625
 - 8 Dissolução e liquidação, 626
 - 8.1 Responsabilidade subsidiária pelo passivo não satisfeito, 628
- Referências*, 631
- Índice remissivo*, 639

Sumário

Nota do autor, 21

Parte Geral – TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO, 25

- 1 ASPECTOS CONCEITUAIS, 27
 - 1 Crédito, 27
 - 2 Título, 29
 - 3 Outros títulos, 31
 - 4 Cambiaridade, 34
 - 5 Emissão e seus efeitos, 36
 - 6 Obrigações representáveis, 39

- 2 ASPECTOS GERAIS, 41
 - 1 Definição legal, 41
 - 2 Cartularidade, 42
 - 3 Literalidade, 45
 - 4 Autonomia, 48
 - 5 Independência, 50

- 6 Abstração, 51
- 7 Relativização dos princípios, 52
- 8 Negócios bancários, 55

3 REQUISITOS, 60

- 1 Agente capaz, 61
- 2 Objeto lícito, possível e determinável, 63
- 3 Emissão lícita, 66
- 4 Forma prescrita em lei, 68
- 5 Data de emissão, 70
- 6 Data de vencimento, 71
- 7 Precisão dos direitos conferidos, 74
- 8 Assinatura, 77
 - 8.1 Assinatura falsa, 83
 - 8.2 Outras falsidades, 84
- 9 Local, 85
- 10 Emissão eletrônica, 87
- 11 Moeda Estrangeira, 89
- 12 Partes em branco, 90
 - 12.1 Extravio da cártula em branco, 92
- 13 Erros e rasuras, 93

4 TRANSFERÊNCIA DO TÍTULO, 95

- 1 Aspectos gerais, 95
- 2 Sucessão de direitos, 97
- 3 Analogia à coisa móvel, 99
- 4 Título ao Portador, 102
- 5 Título à ordem, 104
- 6 Características do endosso, 107
 - 6.1 Data do endosso, 111
- 7 Seqüência de endossos, 112
- 8 Responsabilidade pelo crédito endossado, 114
- 9 Defesa do devedor, 116
- 10 Endosso-mandato, 120
- 11 Endosso-penhor, 126

- 12 Título nominativo, 131
- 13 Dano, perda, extravio ou desapossamento injusto do título, 133
 - 13.1 Ação de substituição de título de crédito, 133
 - 13.2 Ação de anulação e substituição de título de crédito, 136
 - 13.3 Ação reivindicatória de título de crédito, 139

5 AVAL, 141

- 1 Definição, 141
- 2 Distinções da fiança, 144
- 3 Conexão de títulos, 147
- 4 Caracterização do aval, 149
- 5 O avalizado, 156
- 6 Unilateralidade e autonomia do aval, 158
- 7 Limites à autonomia do aval, 160
- 8 Preservação dos interesses de terceiros de boa-fé, 163
- 9 Direito de regresso, 165

6 ADIMPLEMENTO E INADIMPLEMENTO, 168

- 1 Pagamento, 168
- 2 Protesto, 171
- 3 Sustação de protesto, 177
- 4 Prescrição, 183

Parte Especial – TAXIONOMIA DOS TÍTULOS DE CRÉDITO, 189

7 LETRA DE CÂMBIO, 191

- 1 Conceito e requisitos, 191
 - 1.1 Denominação *letra*, 192
 - 1.2 Declaração de pagamento certo, 193
 - 1.3 O sacado, 195
 - 1.4 Época do pagamento, 197
 - 1.4.1 Juros, 199
 - 1.5 Lugar do pagamento, 200
 - 1.6 O tomador, 202
 - 1.7 Local e data de emissão, 202

- 1.8 Assinatura do sacador, 203
- 2 Vias múltiplas e cópias, 205
- 3 Endosso, 206
 - 3.1 Cadeia de endossos, 211
- 4 Aceite, 212
 - 4.1 Recusa de aceite, 216
- 5 Aval, 218
- 6 Pagamento, 219
 - 6.1 Execução do crédito, 222
- 7 Intervenção, 223

- 8 NOTA PROMISSÓRIA, 226
 - 1 Conceito e requisitos, 226
 - 1.1 Denominação nota promissória, 229
 - 1.2 Promessa de pagar quantia determinada, 229
 - 1.3 Época do Pagamento, 230
 - 1.4 Lugar de pagamento, 231
 - 1.5 Beneficiário, 232
 - 1.6 Data de emissão, 232
 - 1.7 Lugar de emissão, 233
 - 1.8 Assinatura do subscritor, 233
 - 2 Emissão em branco, 234
 - 3 Autonomia e abstração, 236
 - 4 Regime da letra de câmbio, 239
 - 5 Nota promissória rural, 243

- 9 CHEQUE, 245
 - 1 Conceito, 245
 - 2 Conta bancária, 246
 - 2.1 Provisão de fundos, 249
 - 2.2 Ilícito penal, 251
 - 2.3 Talonário de cheques, 251
 - 2.4 Conta conjunta, 253
 - 3 Requisitos do cheque, 254
 - 3.1 Denominação cheque, 255
 - 3.2 Ordem de pagar quantia certa, 256

- 3.3 Indicação do sacado, 257
- 3.4 Lugar de pagamento, 258
- 3.5 Data de emissão, 258
- 3.6 Lugar de emissão, 259
- 3.7 Assinatura do sacador, 260
- 3.8 Alterações, 262
- 4 Tipologia do cheque, 262
 - 4.1 Cheque ao portador, 263
 - 4.2 Cheque à ordem, 264
 - 4.3 Cheque nominativo, 265
 - 4.4 Cheque por conta de terceiro, 265
 - 4.5 Cheque bancário, 266
 - 4.6 Cheque visado, 267
 - 4.7 Cheque cruzado, 268
 - 4.8 Cheque para ser creditado em conta, 271
- 5 Autonomia e independência, 271
- 6 Endosso, 273
 - 6.1 Pagamento de cheque endossado, 279
 - 6.2 Endosso-mandato, 283
 - 6.3 Endosso-recolhimento, 283
- 7 Aval, 284
- 8 Prazo de apresentação, 286
 - 8.1 Cheque pós-datado, 287
 - 8.2 Devolução do cheque, 291
 - 8.3 Acatamento da ordem, 294
- 9 Revogação, sustação e cancelamento, 296
 - 9.1 Contra-ordem ou revogação, 297
 - 9.2 Oposição ou sustação, 299
 - 9.3 Cancelamento do cheque, 300
- 10 Da ação por falta de pagamento, 301
 - 10.1 Prazo para ajuizamento, 304
 - 10.2 Sujeitos passivos, 306
 - 10.3 Exigibilidade do cheque prescrito, 307
 - 10.4 Ação de cobrança, 311
 - 10.5 Correção monetária do cheque prescrito, 312

10 DUPLICATA, 314

1 Conceito, 314

1.1 Fatura, 315

1.2 Duplicata, 316

1.3 Venda por consignatário ou comissário, 317

1.4 Duplicata de prestação de serviços, 317

1.4.1 Profissionais liberais e prestadores eventuais de serviço, 319

2 Requisitos da duplicata, 320

2.1 Denominação, data e número de ordem, 327

2.1.1 Registro de duplicatas, 327

2.2 Número da fatura, 328

2.3 Vencimento, 329

2.4 Qualificação do vendedor e do comprador, 329

2.5 Importância a pagar, 330

2.5.1 Pagamento parcelado, 331

2.5.2 Pagamento contra entrega ou em prazo menor que 30 dias, 331

2.6 Praça de pagamento, 332

2.7 Cláusula à ordem, 332

2.8 Declaração de exatidão, 333

2.9 Assinatura do emitente, 333

2.10 Duplicata simulada, 333

3 Remessa e devolução da duplicata, 334

3.1 Recusa de aceite, 335

4 Adimplemento, 337

4.1 Pagamento parcial, 339

4.2 Reforma ou prorrogação, 339

4.3 Aval, 340

5 Endosso, 341

6 Protesto, 342

6.1 Triplicata ou indicação, 343

6.2 Protesto de duplicata simulada, 344

7 Execução da duplicata, 348

7.1 Execução de duplicata ou triplicata não devolvida, 350

- 7.2 Correção monetária e juros, 352
- 7.3 Ação ordinária ou monitória, 353
- 7.4 Prescrição, 353
- 8 Duplicata rural, 354

11 CÉDULAS E NOTAS DE CRÉDITO, 356

1 Conceito, 356

- 1.1 Tipologia, 358
- 1.2 Um contrato, 359

2 Requisitos, 361

- 2.1 Denominação, 362
- 2.2 Promessa de adimplemento, 363
- 2.3 Forma de pagamento, 363
- 2.4 Indicação do credor, 364
- 2.5 Valor do crédito, 364
- 2.6 Finalidade do financiamento, 365
 - 2.6.1 Orçamento, 365
- 2.7 Definição da garantia real, 366
 - 2.7.1 Exceção: as notas de crédito, 367
- 2.8 Encargos financeiros, 368
 - 2.8.1 Juros remuneratórios, 368
 - 2.8.2 Capitalização dos juros, 370
 - 2.8.3 Verbas moratórias, 370
 - 2.8.3.1 Juros de mora, 371
 - 2.8.3.2 Multa moratória, 371
 - 2.8.4 Correção monetária, 372
- 2.9 Praça de pagamento, 373
- 2.10 Data, lugar da emissão e assinatura, 374
- 2.11 Registro, 375

3 Liquidez e certeza, 377

4 Garantia real, 377

- 4.1 Garantia pignoratícia, 378
 - 4.1.1 Entrega dos bens a terceiro, 381
 - 4.1.2 Penhor de veículos, 381
- 4.2 Hipoteca, 382

- 4.3 Alienação fiduciária, 384
 - 4.3.1 Alterações da Lei nº 10.931/04, 386
- 4.4 Depósito, 390
- 4.5 Indenização do bem garantidor, 391
- 4.6 Substituição da garantia, 392
- 4.7 Impenhorabilidade, 393
- 5 Transferência, 395
 - 5.1 Cessão de crédito, 396
- 6 Exigibilidade, 397
 - 6.1 Pagamento, 400
 - 6.2 Execução, 401
- 7 Cédula de crédito bancário, 402
 - 7.1 Liquidez, certeza e exigibilidade, 404
 - 7.1.1 Cobrança indevida, 406
 - 7.1.2 Natureza jurídica do valor cobrado a maior, 408
 - 7.1.3 Declaração, compensação e execução, 409
 - 7.2 Endosso, 410
 - 7.3 Garantias, 413
 - 7.4 Pagamento e inadimplemento, 415
- 12 CONHECIMENTOS, 416
 - 1 Conceito, 416
 - 2 Conhecimento de depósito e *warrant*, 417
 - 2.1 Distinções, 418
 - 2.2 Requisitos, 419
 - 2.3 Transferência, 424
 - 2.4 Adimplemento, 425
 - 2.5 Excussão do *warrant*, 427
 - 2.6 Cooperativas, 428
 - 3 Conhecimento de transporte marítimo, 428
 - 4 Conhecimento de frete original, 431
 - 4.1 Requisitos, 432
 - 4.2 Transferência, 433
 - 4.3 Responsabilidade do transportador, 435
 - 5 Conhecimento de transporte férreo, 436

-
- 13 TÍTULOS DE GARANTIA IMOBILIÁRIA, 439
- 1 Letra hipotecária, 439
 - 2 Letra imobiliária, 440
 - 3 Cédula hipotecária, 442
 - 4 Letra de crédito imobiliário, 445
 - 4.1 Elementos, 445
 - 4.2 Crédito imobiliário, 448
 - 4.3 Garantia, 450
 - 5 Cédula de crédito imobiliário, 453
 - 5.1 Emissão, 456
 - 5.2 Garantias, 459
- 14 TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO, 460
- 1 Certificado de depósito agropecuário e o *warrant* agrário, 460
 - 2 Características, 463
 - 3 Emissão, 464
 - 4 Circulação, 466
 - 5 Certificado de direitos creditórios do agronegócio, 467
 - 6 Letra de crédito do agronegócio, 469
 - 7 Certificado de recebíveis do agronegócio, 471
 - 8 Elementos comuns, 472
- Bibliografia*, 473
- Índice remissivo*, 477

Sumário

Nota do autor, xxi

1 INSOLVÊNCIA, 1

- 1 O risco de empreender, 1
- 2 Obrigação e solução, 4
- 3 Princípio geral da solvabilidade jurídica, 6
- 4 Execução coletiva, 9
- 5 Histórico, 11

2 INSOLVÊNCIA EMPRESÁRIA, 15

- 1 Regime jurídico para a insolvência empresária, 15
 - 1.1 Empresas públicas e sociedades de economia mista, 17
 - 1.2 Instituições financeiras, cooperativas de crédito, consórcios e entidades de previdência complementar, 17
 - 1.3 Sociedades operadoras de plano de assistência à saúde, 19
 - 1.4 Sociedade seguradora e sociedade de capitalização, 21
 - 1.5 Outras entidades legalmente equiparadas às anteriores, 23
 - 1.6 Exploração de serviços aéreos e infra-estrutura aeronáutica, 23

- 2 Câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira, 24
 - 3 Competência para processamento, 26
 - 3.1 Principal estabelecimento, 31
 - 4 Participação do Ministério Público, 33
- 3 DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA, 37
- 1 Obrigações exigíveis na recuperação judicial ou na falência, 37
 - 1.1 Obrigações a título gratuito, 39
 - 1.2 Despesas judiciais, 44
 - 1.2.1 Justiça gratuita, 46
 - 1.3 Pensões alimentícias, 47
 - 2 Suspensão da prescrição, 48
 - 3 Suspensão de ações e execuções, 50
 - 3.1 Demandas por quantias ilíquidas, 52
 - 3.2 Reserva de valores, 55
 - 3.3 Suspensão na recuperação judicial, 57
 - 3.4 Execuções fiscais, 57
 - 3.5 Ações sem efeitos patrimoniais econômicos, 59
 - 3.6 Ações ainda não ajuizadas, 60
 - 3.7 Relações jurídicas posteriores, 62
 - 4 Prevenção de jurisdição, 63
- 4 ADMINISTRADOR JUDICIAL, 65
- 1 Auxiliares processuais, 65
 - 2 Idoneidade, 67
 - 3 Preferência por advogado, economista, administrador de empresas ou contador, 69
 - 4 Pessoa jurídica, 70
 - 5 Posse, destituição, substituição e responsabilidade, 72
 - 6 Competência, 74
 - 6.1 Competência comum à falência e recuperação judicial, 75
 - 6.2 Competência específica à recuperação judicial, 83
 - 6.3 Competência específica à falência, 86
 - 7 Remuneração, 99

- 5 MANIFESTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS CREDORES, 102
 - 1 Credores no juízo universal, 102
 - 2 Assembléia geral de credores, 103
 - 2.1 Convocação e instalação, 104
 - 2.2 Participação e assistência, 106
 - 2.3 Direito de voto, 108
 - 2.4 Composição, 112
 - 3 Credores minoritários, majoritários e controladores, 114
 - 4 Comitê de credores, 117
 - 4.1 Atribuições comuns à recuperação judicial e à falência, 119
 - 4.2 Atribuições específicas à recuperação judicial, 125
 - 5 Disposições comuns ao administrador judicial e ao comitê de credores, 127
- 6 VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS, 130
 - 1 Verificação de créditos, 130
 - 2 Habilitação de créditos, 134
 - 3 Impugnação das habilitações, 139
 - 3.1 Processamento, 142
 - 3.2 Recurso, 147
 - 3.3 Habilitações tardias, 150
 - 4 Quadro geral de credores, 154
 - 5 Retificação do quadro geral de credores, 156
 - 5.1 Créditos não reconhecidos por sentença, 156
 - 5.2 Créditos reconhecidos por sentença, 157
- 7 INTRODUÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS, 160
 - 1 Preservação da empresa, 160
 - 2 Possibilidade jurídica, 163
 - 3 Legitimidade jurídica, 170
 - 3.1 Legitimidade passiva: créditos e credores alcançados, 172
 - 3.2 Exceções, 178
 - 4 Interesse processual, 180
- 8 PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS, 183
 - 1 Petição inicial, 183

- 1.1 Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira, 185
 - 1.2 Demonstrações contábeis, 186
 - 1.2.1 Balanço patrimonial, 186
 - 1.2.2 Demonstração de resultados acumulados, 187
 - 1.2.3 Demonstração do resultado desde o último exercício, 188
 - 1.2.4 Relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção, 188
 - 1.2.5 Documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, 190
 - 1.2.6 Microempresas e empresas de pequeno porte, 192
 - 1.3 Relação nominal de credores, 193
 - 1.4 Relação nominal de empregados, 195
 - 1.5 Documentos do registro no comércio, 196
 - 1.6 Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor, 198
 - 1.7 Extratos de contas bancárias e aplicações financeiras, 202
 - 1.8 Certidões dos cartórios de protestos, 203
 - 1.9 Relação de ações judiciais, 204
 - 2 Processamento do pedido, 205
- 9 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEU PROCESSAMENTO, 210
- 1 Apresentação do plano de recuperação judicial, 210
 - 2 Meios de recuperação judicial da empresa, 212
 - 2.1 Vedações ao plano de recuperação, 216
 - 3 Procedimento de recuperação judicial, 218
 - 4 Assembléia geral deliberativa sobre o plano de recuperação, 222
 - 4.1 Deliberação e votação, 224
 - 4.2 Resultados da deliberação, 227
 - 5 Microempresas e empresas de pequeno porte, 229
 - 6 Empresas concessionárias de serviço público, 234
 - 6.1 Parceria público-privada, 236
- 10 REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 239
- 1 Efeitos da recuperação judicial, 239
 - 2 Alienação de estabelecimentos, 243

- 2.1 Desoneração dos ativos alienados judicialmente, 246
- 3 Duração da recuperação judicial, 248
- 4 Condução da atividade empresária, 250
 - 4.1 Condenação penal transitada em julgado, 253
 - 4.2 Indícios veementes de crime previsto na Lei 11.101/05, 254
 - 4.3 Dolo, simulação ou fraude, 255
 - 4.4 Comportamento incompatível, 258
 - 4.4.1 Gastos pessoais manifestamente excessivos, 259
 - 4.4.2 Despesas injustificáveis, 263
 - 4.4.3 Descapitalização injustificada da empresa, 267
 - 4.4.4 Simulação ou omissão de créditos, 268
 - 4.5 Negativa de informações, 269
 - 4.6 Previsão no plano recuperatório, 270
- 5 Gestor judicial, 271
- 6 Convolação da recuperação judicial em falência, 275
- 7 Sentença de encerramento, 276

11 RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA, 277

- 1 Extrajudicialidade, 277
- 2 Requisitos, 279
- 3 Recuperação extrajudicial ordinária, 280
- 4 Recuperação extrajudicial extraordinária, 281
 - 4.1 Plano de recuperação extrajudicial extraordinária, 283
- 5 Homologação, 284

12 INTRODUÇÃO À FALÊNCIA, 286

- 1 Disposições gerais, 286
- 2 Processo falimentar, 288
- 3 Juízo falimentar, 290
- 4 Estado falimentar, 292
 - 4.1 Impontualidade, 294
 - 4.1.1 Liquidez, certeza e exigibilidade, 296
 - 4.1.2 Créditos representáveis, 298
 - 4.1.3 Títulos de crédito, 299
 - 4.1.4 Protesto, 302
 - 4.2 Execução frustrada, 306

- 4.3 Atos de falência, 308
 - 4.3.1 Liquidação precipitada de ativos, pagamento ruinoso ou fraudulento, 310
 - 4.3.2 Atos para retardar pagamentos ou fraudar credores, 312
 - 4.3.3 Transferência irregular do estabelecimento, 315
 - 4.3.4 Transferência simulada do estabelecimento, 318
 - 4.3.5 Dação irregular de garantia real, 319
 - 4.3.6 Ausência, abandono do estabelecimento ou ocultação, 320
 - 4.3.7 Desrespeito ao plano de recuperação, 321

13 PRETENSÃO E CONTRAPRETENSÃO FALIMENTAR, 323

- 1 Legitimidade para a ação falimentar, 323
 - 1.1 O próprio devedor, 324
 - 1.2 Sucessores *causa mortis*, 325
 - 1.3 Sócio, 326
 - 1.4 Credor, 327
 - 1.5 Liquidante, 329
- 2 Jurisdição falimentar voluntária, 329
- 3 Jurisdição falimentar contenciosa, 335
 - 3.1 Extinção em face de pedido recuperatório, 336
 - 3.2 Depósito elisivo, 340
 - 3.2.1 Elisão pelo pagamento, 342
 - 3.2.2 Elisão pela caução, 343
 - 3.3 Contestação, 345
- 4 Revelia, 351

14 INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, 354

- 1 Instrução, 354
- 2 Sentença de procedência, 356
 - 2.1 Termo legal da falência, 358
 - 2.2 Relação nominal de credores, 362
 - 2.3 Diligências para salvaguardar os interesses das partes, 364
 - 2.4 Registro da falência, 367
 - 2.5 Continuação provisória das atividades e lacração dos estabelecimentos, 368
- 3 Falência dos sócios com responsabilidade ilimitada, 371

- 4 Falência do espólio, 372
- 5 Sentença de improcedência e abuso no pedido, 373
- 6 Recursos, 376
- 7 Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilização civil, 379
 - 7.1 Indisponibilidade de bens, 382
- 15 EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS PESSOAS, 384
 - 1 Afastamento da atividade, 384
 - 1.1 Empresário e administradores, 385
 - 1.2 Sócios, 387
 - 2 Inabilitação do falido, 389
 - 2.1 Efeitos e alcance da inabilitação, 393
 - 3 Deveres do falido, 395
 - 3.1 Assinar o termo de comparecimento, 396
 - 3.1.1 Causas determinantes da falência, 397
 - 3.1.2 Sócios, administradores e atos constitutivos, 399
 - 3.1.3 Contador, 400
 - 3.1.4 Mandatos, 401
 - 3.1.5 Bens fora do estabelecimento, participação em outras sociedades e contas bancárias, 402
 - 3.2 Depositar livros obrigatórios, 404
 - 3.3 Não se ausentar, 405
 - 3.4 Comparecer aos atos da falência, 407
 - 3.5 Entregar bens e documentos, 408
 - 3.6 Prestar informações, 412
 - 3.7 Auxiliar o administrador judicial, 415
 - 3.8 Examinar habilitações de crédito, 417
 - 3.9 Assistir a atos escriturais, 418
 - 3.10 Manifestar-se, quando determinado, 419
 - 3.11 Apresentar relação de credores, 420
 - 3.12 Examinar contas do administrador judicial, 421
- 16 EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES, 423
 - 1 Uniformização das obrigações, 423
 - 1.1 Vencimento antecipado das dívidas, 424
 - 1.2 Conversão monetária, 427

- 1.3 Juros, 428
 - 1.3.1 Juros em obrigações com garantia real, 429
- 2 Contratos, 431
 - 2.1 Contratos bilaterais, 431
 - 2.2 Resolutividade contratada, 434
 - 2.3 Interpelação pela contraparte, 437
 - 2.4 Indenização e liquidação, 438
 - 2.5 Contratos unilaterais, 439
- 3 Compra e venda, 440
 - 3.1 Falência do vendedor, 440
 - 3.2 Falência do comprador, 442
 - 3.3 Venda com reserva de domínio, 443
 - 3.4 Venda a termo de bens cotados em bolsa ou mercado, 445
 - 3.5 Promessa de compra e venda de bens imóveis, 446
- 4 Locação, 450
 - 4.1 Locação contratada após a falência, 452
- 5 Acordo para compensação e liquidação de obrigações, 453
- 6 Mandato, 455
 - 6.1 Prestação de contas, 456
- 7 Contas correntes, 459
- 8 Obrigações compensáveis, 461
- 9 Concessão de serviço público, 463
 - 9.1 Parcerias público-privadas, 467
- 17 ARRECADAÇÃO, 469
 - 1 Arrecadação, avaliação e custódia de bens e documentos, 469
 - 1.1 Lacre do estabelecimento, 472
 - 2 Arrecadação de bens, 473
 - 2.1 Bens constritos, 475
 - 2.2 Condomínio, 477
 - 2.3 Participações societárias, 480
 - 2.4 Relações jurídicas controversas, 482
 - 2.5 Expressividade econômica e comercialidade, 484
 - 2.6 Patrimônio de afetação, 485
 - 2.7 Outras relações patrimoniais, 486

- 3 Arrecadação de documentos, 487
 - 3.1 Limites, 491
- 4 Avaliação, 491
 - 4.1 Auto de arrecadação, inventário e laudo de avaliação, 494
- 5 Custódia de bens e documentos, 495
 - 5.1 Venda antecipada de bens, 496
 - 5.2 Aluguel, cessão e outros contratos com bens arrecadados, 497
- 18 RESTITUIÇÃO, INEFICÁCIA, REVOGAÇÃO E EMBARGOS, 500
 - 1 Ações incidentais, 500
 - 2 Restituição de bens, 501
 - 2.1 Coisa vendida a crédito, 501
 - 2.2 Continuidade provisória da empresa, 503
 - 3 Restituição em dinheiro, 504
 - 3.1 Inexistência da coisa ao tempo da restituição, 505
 - 3.2 Contrato de câmbio, 507
 - 3.3 Valores adiantados em contratos revogados ou ineficazes, 510
 - 3.4 Contribuições previdenciárias, 511
 - 3.5 Depósitos bancários, 513
 - 4 Ação de restituição, 518
 - 5 Embargos de terceiro, 520
 - 6 Ineficácia e revogação de atos anteriores à falência, 521
 - 7 Declaração de ineficácia, 522
 - 7.1 Pagamento antecipado de obrigações, 524
 - 7.2 Pagamento alternativo de obrigações, 526
 - 7.3 Constituição de direito real de garantia, 528
 - 7.4 Atos a título gratuito, 530
 - 7.5 Renúncia à herança ou a legado, 531
 - 7.6 Trespasse de estabelecimento, 532
 - 7.7 Registro ou averbação imobiliários após a falência, 534
 - 7.8 Reembolso de ações, 536
 - 8 Ação revocatória, 537
 - 9 Aspectos comuns à ineficácia e à revogação, 539
- 19 CRÉDITOS NA FALÊNCIA, 542
 - 1 Verificação e habilitação, 542

- 2 Classificação dos créditos, 545
 - 2.1 Créditos trabalhistas e acidentários, 547
 - 2.1.1 Pensionamentos, 550
 - 2.1.2 Honorários advocatícios contratados, 553
 - 2.1.3 Honorários advocatícios de sucumbência, 556
 - 2.1.4 Outras situações análogas ao crédito trabalhista, 559
 - 2.2 Créditos com garantia real, 559
 - 2.2.1 Créditos trabalhistas com garantia real, 562
 - 2.3 Créditos tributários, 564
 - 2.4 Créditos com privilégio especial, 567
 - 2.5 Créditos com privilégio geral, 568
 - 2.6 Créditos quirografários, 569
 - 2.7 Multas e penas pecuniárias, 570
 - 2.8 Créditos subordinados, 571
 - 2.9 Juros vencidos após a decretação, 572
 - 2.10 Falido, 572
 - 3 Créditos extraconcursais, 573
- 20 REALIZAÇÃO DO ATIVO, PAGAMENTO DOS CREDORES E ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA, 577
- 1 Realização do ativo, 577
 - 2 Formas de realização do ativo, 579
 - 2.1 Escolha da forma de alienação, 585
 - 2.2 Efeitos da alienação dos ativos, 587
 - 3 Modalidades de realização do ativo, 591
 - 3.1 Modalidades alternativas, 593
 - 3.2 Sociedade de propósito específico, 594
 - 4 Pagamentos, 595
 - 4.1 Pagamentos antecipados, 597
 - 4.2 Demais pagamentos, 599
 - 5 Encerramento da falência, 601
 - 6 Extinção das obrigações do falido, 602

Referências bibliográficas, 607

Índice remissivo, 613

Gladston Mamede

Direito Empresarial Brasileiro – Volume 5

Teoria Geral dos Contratos

2ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2010 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2010; 2. ed. 2014

Composição: CriFer – Serviços em Textos



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mamede, Gladston
Direito empresarial brasileiro, volume 5 : teoria geral dos contratos /
Gladston Mamede. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-7401-1
ISBN 978-85-224-9002-8 (PDF)

1. Direito empresarial – Legislação – Brasil I. Título.

10-05413
CDU-34:338.93(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito empresarial 34:338.93(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Nota do Autor, xix

- 1 FUNDAMENTOS DO DIREITO CONTRATUAL, 1
 - 1 Comportamentos agonísticos e altruístas, 1
 - 2 Acordo de vontades, 2
 - 3 Vontade livre e consciente, 5
 - 4 Sujeitos do contrato, 9
 - 5 Objeto do contrato, 11
 - 6 Conexão contratual, 15
 - 7 Forma do contrato, 18
- 2 FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO, 23
 - 1 Evolução legislativa, 23
 - 1.1 Novo paradigma constitucional, 25
 - 2 Autonomia privada, 28
 - 3 Princípio da socialidade, 30
 - 3.1 O contrato para a sociedade, 32
 - 3.2 O contrato para as partes, 34
 - 4 Eficiência contratual, 35
 - 5 Equilíbrio e equivalência material, 36
 - 5.1 O desafio do preço, 38

- 5.2 Princípio do justo equilíbrio entre os patrimônios, 41
- 5.3 Profissionalidade e habitualidade, 43
- 6 Surreição jurídica, 44
- 7 Limites à intervenção estatal, 49
- 3 ETICIDADE E MORALIDADE, 51
 - 1 Comportamentos possíveis e devidos, 51
 - 2 Eticidade e moralidade nos negócios privados: boa-fé e probidade, 52
 - 3 Probidade, 55
 - 3.1 Princípio da não surpresa contratual, 56
 - 3.2 Usos e cenários de contratação, 58
 - 4 Boa-fé, 60
 - 4.1 Princípio da mútua confiança, 62
 - 4.2 Princípios da lealdade e da cooperação, 64
 - 5 Dever de informação, 64
 - 6 Supressão da faculdade jurídica, 65
 - 7 Fases contratuais, 68
 - 7.1 Contrato como complexo e processo, 69
 - 8 Teoria dos atos próprios, 71
 - 8.1 *Venire contra actum proprium*, 72
 - 8.2 *Tu quoque*, 76
- 4 CONTRATOS DE ADESÃO E CONDIÇÕES CONTRATUAIS UNIFORMES, 80
 - 1 Definição, 80
 - 1.1 Contratos-tipo e contratos regulados, 85
 - 2 Formação e expressão da vontade na adesão, 86
 - 3 Interpretação contratual, 90
 - 3.1 Ambiguidade, 94
 - 3.2 Contradição, 96
 - 3.3 Complexidade extremada, 97
 - 3.4 Exceções, 98
 - 3.5 Interpretação mais favorável, 99
 - 4 Renúncia a direito, 101
 - 4.1 Interpretação da renúncia, 103
 - 4.2 Caracterização da renúncia, 104
 - 4.3 Direito resultante da natureza do negócio, 105
 - 5 Fraude à lei, 108
 - 6 Limites da previsão, 109

- 5 TIPOS CONTRATUAIS, 111
 - 1 Tipicidade, 111
 - 2 Tipicidade contratual, 112
 - 3 Liberdade de estabelecer contratos atípicos, 115
 - 4 Histórico, 117
 - 5 Atipicidade contratual, 118
 - 6 Tipicidade social, 120
 - 7 Regência normativa dos contratos atípicos, 122
 - 8 Regência supletiva do direito estrangeiro, 125
 - 9 Objetos não contratáveis, 127
 - 10 Herança de pessoa viva, 128
 - 11 Natureza jurídica, 130

- 6 FORMAÇÃO DOS CONTRATOS, 131
 - 1 O *iter* contratual, 131
 - 1.1 Sondagens preliminares, 132
 - 1.2 Tratativas pré-contratuais, 135
 - 2 Proposta contratual, 138
 - 2.1 Termos da proposição, 140
 - 2.2 Exclusividade e preferência, 142
 - 2.3 Oferta ao público, 143
 - 3 Retratação ou revogação da oferta, 146
 - 3.1 Revogação da oferta ao público, 148
 - 4 Aceitação, 149
 - 4.1 Aceitação presumida, 151
 - 4.2 Eficácia da proposta no tempo, 153
 - 4.3 Recusa da proposta, 155
 - 5 Proposição entre ausentes, 156
 - 5.1 Aceitação entre ausentes, 157
 - 5.2 Exceções legais expressas, 159
 - 5.3 Recebimento tardio da aceitação, 160
 - 5.4 Retratação da aceitação, 163
 - 5.5 Local do contrato entre ausentes, 164
 - 6 Reproposição, 165
 - 6.1 Contraproposição, 167

- 7 O TERCEIRO E O CONTRATO, 169
 - 1 Estipulação em favor de terceiro, 169
 - 2 Determinação do terceiro, 172
 - 2.1 O eleitor e o curador do negócio, 174

- 3 Exigência de cumprimento, 178
 - 3.1 Supressão da faculdade executiva, 181
 - 3.2 Outorga exclusiva da faculdade executiva, 182
- 4 Inovação na estipulação em favor de terceiro, 187
 - 4.1 Ação contra o inovante, 189
 - 4.2 Momento e forma da inovação, 190
- 5 Promessa de fato de terceiro, 191
 - 5.1 Caracterização, 193
 - 5.2 Natureza jurídica, 194
 - 5.3 Situação jurídica do terceiro, 196
 - 5.4 Fato prometido, 198
 - 5.5 Tempo do fato prometido, 200
 - 5.6 Perdas e danos, 202
- 6 Terceiro cônjuge, 204
 - 6.1 Exclusão de responsabilidade, 205
- 7 Anuência do terceiro, 207
- 8 VÍCIOS REDIBITÓRIOS, 210
 - 1 Redibição, 210
 - 1.1 Ocultação, 213
 - 1.2 Hasta pública, 216
 - 1.3 Assunção de risco, 218
 - 2 Ação redibitória (ação edilícia) e ação estimatória (*quantum minoris*), 219
 - 2.1 Contestação, 222
 - 3 Ignorância e conhecimento pelo alienante, 224
 - 3.1 Responsabilidade objetiva e culpa, 225
 - 3.2 Conhecimento parcial ou posterior, 229
 - 3.3 Exoneração de responsabilidade, 231
 - 4 Perecimento da coisa, 232
 - 5 Prazos decadenciais, 234
 - 5.1 Vício de manifestação tardia, 237
 - 5.2 Busca de solução amigável, 238
 - 5.3 Cláusula de garantia, 241
- 9 EVICÇÃO, 245
 - 1 Evencer, 245
 - 1.1 Elementos caracterizadores, 249
 - 1.2 Casos de evicção, 251
 - 1.2.1 Situações assemelhadas, 253

- 1.3 Hasta pública, 254
- 1.4 Evicção extrajudicial, 256
- 2 Clausulação da evicção, 257
 - 2.1 Exigências para exclusão e diminuição de responsabilidade, 261
- 3 Verbas indenizáveis, 265
 - 3.1 Preço ou quantias pagas, 267
 - 3.2 Frutos, 268
 - 3.3 Despesas do contrato e prejuízos resultantes diretamente da evicção, 270
 - 3.4 Custas judiciais e honorários de advogado, 272
 - 3.5 Entes públicos, 274
 - 3.6 Evicção parcial, 275
 - 3.6.1 Evicção parcial considerável, 277
- 4 Deterioração da coisa evicta, 279
 - 4.1 Vantagens da deterioração, 281
 - 4.2 Boa ou má-fé, 281
 - 4.3 Vantagens, 283
 - 4.4 Fruição, 284
- 5 Benfeitorias, 286
 - 5.1 Benfeitorias necessárias, 286
 - 5.2 Benfeitorias úteis, 288
 - 5.3 Benfeitorias voluptuárias, 289
 - 5.4 Acessões, 290
 - 5.5 Abonamento de benfeitoria, 291
- 6 Notificação do alienante, 293
 - 6.1 Inovações, 295
- 10 CONTRATO ALEATÓRIO, 297
 - 1 Incerteza e imprevisão, 297
 - 2 Caracterização do elemento aleatório, 299
 - 3 Coisas ou fatos futuros, 301
 - 3.1 Contratos submetidos, 303
 - 4 Existência certa, mas variável, 305
 - 4.1 Fatos futuros, 308
 - 4.2 Inexistência da *res sperata*, 310
 - 4.3 Ato ilícito, 312
 - 5 Existência exposta a risco, 313
 - 5.1 Existência em pior situação, 314
 - 6 Condições de aleatoriedade, 316
 - 7 Inevitabilidade e imprevisibilidade, 319

- 11 CONTRATO PRELIMINAR, 321
 - 1 Contratos preliminares, 321
 - 1.1 Pacto de preferência, 322
 - 1.2 Pacto de opção, 325
 - 1.3 Pacto de negociar, 326
 - 1.4 Pacto regulatório, 328
 - 1.5 Pacto de confidencialidade, 329
 - 2 Requisitos essenciais e forma, 330
 - 3 Natureza jurídica do contrato principal, 332
 - 4 Conclusão do contrato preliminar, 336
 - 4.1 Execução do contrato preliminar, 337
 - 4.2 Cláusula de arrependimento, 340
 - 4.3 Registro, 341
 - 5 Suprimento de vontade, 343
 - 5.1 Pacto de preferência e o direito de substituição, 345
 - 5.2 Natureza da obrigação, 347
 - 6 Indenização por inadimplemento, 348
 - 6.1 Sucessividade ou concorrentes das alternativas ao inadimplemento, 349
 - 6.2 Reparação das perdas e danos, 351
 - 6.3 Pacto de negociar e retirada arbitrária, 354
 - 7 Promessa unilateral, 356
 - 7.1 Redução de promessas bilaterais a unilaterais, 358
- 12 CLÁUSULA DE PESSOA A DECLARAR, 361
 - 1 Indeterminação subjetiva, 361
 - 2 Atuação no interesse alheio, 364
 - 3 Circulação jurídica, 366
 - 4 Reserva de nomeação, 367
 - 5 Eleição, 369
 - 5.1 Aceitação, 371
 - 5.2 Prévia representação, 374
 - 6 Comunicação, 376
 - 6.1 Prazo de comunicação, 378
 - 6.2 Aspectos públicos, 380
 - 7 Efeitos da indicação, 381
 - 7.1 Limitação sucessória, 382
 - 8 Eficácia do contrato, 384
 - 8.1 Ausência de indicação ou recusa de aceitação, 385

- 9 Insolvência do eleito, 386
 - 9.1 Insolvência e incapacidade, 387
- 13 INTERVENÇÃO E REVISÃO, 389
 - 1 Encontro e desencontro, 389
 - 2 Princípio da eficácia contratual, 391
 - 3 Regulação e revisão administrativa, 393
 - 4 Revisão por onerosidade excessiva imprevisível, 396
 - 4.1 Imprevisibilidade, 400
 - 4.2 Onerosidade, 401
 - 4.3 Revisão ou resolução, 404
 - 5 Revisibilidade convencional do contrato, 406
 - 5.1 Resolução Alternativa de Disputa (RAD), 410
 - 5.2 Transação, 411
 - 5.3 Compromisso (arbitragem), 415
- 14 DILAÇÃO DA EXIGIBILIDADE, 418
 - 1 Exceções contratuais, 418
 - 2 Exceção de contrato não cumprido, 420
 - 3 Exceção de contrato não integralmente cumprido, 425
 - 4 Fundado risco de inadimplemento, 426
- 15 EXTINÇÃO DO CONTRATO, 430
 - 1 Extinção do contrato, 430
 - 1.1 Formas anormais de extinção do contrato, 433
 - 2 Distrato, 434
 - 2.1 Conteúdo do distrato, 436
 - 3 Denúncia, 438
 - 3.1 Investimentos consideráveis, 440
 - 4 Resolução contratual, 442
 - 4.1 Violação positiva do contrato ou do crédito, 444
 - 4.2 Teoria do adimplemento substancial, 447
 - 4.3 Resolução por onerosidade excessiva superveniente, 449
 - 4.4 Resolução por inexecução involuntária, 450

Referências bibliográficas, 453

Índice remissivo, 459